

# Brasília: revolução nacional

25 FEV 1994

AURÉLIO WANDER BASTOS

JORNAL DE BRASÍLIA

O Brasil não realizou a revolução industrial, porque o tempo colonizatório não lhe permitiu contribuir para a divisão do processo produtivo e a sucessiva acumulação de riquezas; não fez a sua revolução burguesa, como genericamente se denominou as grandes transformações sociais e institucionais provocadas pela revolução francesa, porque mal iniciávamos os movimentos liberatórios de uma independência conquistada com o próprio aparato do estado colonizador; não realizou, também, a revolução socialista, que naufragou no empastelamento gigantesco de sua própria burocracia, porque as elites brasileiras ainda estavam por construir a nação e a riqueza nacional, e estamos inibidos, e resistindo, acuada pelo corporativismo estatista, e a contrição de frações das elites, à revolução tecnológica, como proposta possível para superarmos o atraso e identificarmos as bases de um processo produtivo que amplie as oportunidades de trabalho e consolide a infra-estrutura de funcionamento transparente da democracia e do mercado de trabalho e riquezas.

O Brasil, neste contexto de rejeições e resistências entrecruzadas, só construiu Brasília, como fenômeno social modificativo que representou significativos efeitos industriais, porque com o seu projeto veio a indústria da construção civil e vieram as grandes rodovias nacionais ligando o centro-sul ao planalto e o planalto a todo o Bra-

sil, a indústria automobilística e todo o complexo metal-mecânico e químico, que se concentraram em São Paulo, aceleraram a sua industrialização e fizeram-no um estado de primeiro mundo, levando-o, também, a uma verdadeira revolução agrária, assim como fizeram das entranhas de Minas as entranhas do progresso. Brasília deslocou o eixo populacional para todo o Brasil, e para Brasília afluíram as massas cadentes da população nordestina e do interior, assim como deslocou verdadeiros contingentes humanos para as regiões desabitadas do planalto, do pantanal e, principalmente, para a Amazônia. Brasília se transformou no mais recente pólo civilizatório do mundo. Muitos circulam, voam e afluem por Brasília, centro de um novo País e não só para o litoral, que não realizou a revolução nacional, mas que se beneficiou da verdadeira convulsão da expansão e conquista do Centro-Oeste. O Brasil não teve uma revolução industrial, nem burguesa, nem socialista, mas construiu Brasília.

Na verdade, a construção de Brasília é a revolução nacional, a oportunidade de um mesmo povo, e não de segmentos estanques, encontrar os seus próprios caminhos. Brasília democratizou o nosso destino. Toda revolução tem seu tempo de acomodação. Precisa-se de pouquíssimo tempo para fazer deste destino o destino de uma grande nação. Brasília não foi construída para cenários de

desfiles autocráticos, nem muito menos para acomodar gingas e fantasias, mas para viabilizar o espaço das esperanças de um novo povo miscigenado nas suas ilusões, sem compromissos com a batida dos coturnos que provocaram os trincamentos institucionais, nem muito menos com as gingas falaciosas da sobrevivência. Brasília tem permitido todas as mudanças, sem rupturas radicais, permitindo que todo o seu povo articule um projeto nacional.

Há 200 anos da revolução francesa, há 5 cinco da Constituição democrática votada em Brasília, Brasília colocou a discutir os fundamentos, as alianças e os acordos do estado tradicional brasileiro e encontrou as fórmulas possíveis de viabilizar o ingresso do povo no cenário político e de se construir o Estado nacional, que até hoje se consolidara como um Estado de frações, sem rupturas com sua própria história. Esta revolução nas práticas políticas, tendo como cenário as linhas leves e persistentes do modelo internacional de sua arquitetura, está por se transformar, através da única Constituição brasileira que teve a coragem de convocar a sua própria transformação, evitando golpes de resistência e esclerosamentos precoces, no cenário de abertura para a revolução tecnológica. Este é o nosso desafio, desafio de nosso futuro.

■ Aurélio Wander Bastos é professor da Escola de Ciências Jurídicas da Unirio e consultor jurídico do Ministério das Comunicações